

3

Polissemia e produtividade nas construções lexicais

3.1

A questão da polissemia

O fato de um signo poder designar uma coisa sem deixar de designar outra, o fato de que, por ser um signo *expressivo* da segunda tenha também de o ser para a primeira, é precisamente o que faz da linguagem um instrumento de conhecimento. Esta ‘tensão acumulada’ das palavras é a origem dessa predicação analógica, causa única do poder simbólico da linguagem.

W.M. Urban

O estudo do significado das palavras ganha sistematicidade com o surgimento da ciência da semântica, cujas bases foram lançadas no final do século XIX por Michel Bréal. Em um momento da história do pensamento lingüístico em que a grande maioria das investigações científicas giravam em torno da origem das palavras e das mudanças morfofonéticas pelas quais passaram em sua evolução, o significado dos termos constituía interesse secundário. Como aponta Bréal (1991:154), diferentemente das regras e leis que regem as mudanças na articulação e, conseqüentemente, na forma das palavras, não há como prever que variações de significado um termo lingüístico pode vir a sofrer com o passar do tempo. Segundo Bréal, as variações de sentido decorrem da influência que uma palavra exerce sobre a outra dentro da própria língua. Uma palavra vê seu significado restrito porque uma outra expande o seu significado, fenômeno para o qual não é possível desenvolverem-se leis que prescrevam tendências com o intuito de antecipar mudanças de significado.

A renovação e o enriquecimento do vocabulário de uma língua, como observa o autor, advêm freqüentemente da expansão do significado de uma palavra e não da aquisição de um novo termo, seja ele originário de uma língua estrangeira, da junção de duas palavras ou a partir da emersão súbita de um item lexical até então restrito a um meio desconhecido da sociedade. O surgimento de um novo significado para uma palavra não implica o desaparecimento do significado já existente, ambos convivem sem prejudicar a existência um do outro. Ao potencial que as palavras possuem de acumular vários significados, Bréal

dá o nome de polissemia. Em sua opinião, quanto mais avançada a cultura de uma nação, mais variado é o uso das palavras de sua língua. Os avanços científicos de uma civilização, seu enriquecimento, a diversificação dos ramos profissionais, bem como a crescente multiplicidade das relações interpessoais levam os indivíduos a analisar e categorizar as ações e as coisas partindo de uma mentalidade e visão de mundo próprias. Apesar de possuírem a mesma herança lingüística, membros de grupos sociais e profissionais diferentes atribuem nuances distintivas às palavras que as vão incorporando e adquirindo novos sentidos. A ciência, a arte e os ofícios ampliam o significado das palavras mais comuns, como, por exemplo, os vários sentidos do termo *operação* quando empregado por um cirurgião, um matemático e um bancário, inovando e criando terminologias e expressões.

Diferentemente de Aristóteles, para quem a polissemia é um defeito da linguagem por representar um obstáculo à comunicação e à clareza do pensamento, e de Leibnitz, que considera o caráter polissêmico do vocabulário geral uma limitação ao pensamento científico (Dubois 1973:471), para Bréal quanto maior a produção intelectual e artística de uma sociedade e quanto mais diversificada sua vida profissional, mais utilizadas serão as palavras e mais significados elas acumularão. O autor considera um erro atrelar a riqueza de uma língua ao número de palavras de seu vocabulário (Bréal 1991:157). Ao analisar a questão em torno da possível confusão causada pela multiplicidade de sentidos de um termo lingüístico, Bréal chama atenção para o fato de uma palavra não ocorrer isoladamente, mas aparecer dentro de um contexto o qual fornece informação suficiente para se entender o sentido em que o termo está sendo empregado. Um segundo aspecto decisivo a se levar em conta é o fato da linguagem ser o resultado de um trabalho em colaboração. O ouvinte, em se tratando de comunicação oral, tem um papel tão importante quanto o falante. Aquele atua ativamente, acompanhando o discurso e sendo capaz, em função do contexto, de sua memória e das circunstâncias de antecipar-se ao falante no ato.

Ao considerar o ouvinte como co-produtor do discurso, evitando, assim, mal-entendidos e possíveis turbulências na comunicação devido ao fenômeno polissêmico, Bréal se dissocia da visão representacionista da linguagem, segundo a qual há apenas um significado para cada palavra. Para John Locke (1632-1704) a palavra representa a marca sensível de uma idéia, a concretização de algo que é criado no entendimento de cada um e

que, quando articulada, funciona como instrumento de comunicação entre indivíduos. Diferentemente da perspectiva adotada por Bréal, entretanto, Locke crê que a comunicação entre as pessoas nem sempre acontece, o que leva à conclusão de que a linguagem humana constitui um sistema propenso a falhas. O autor entende que a criação do significado de uma palavra consiste em um ato voluntário de caráter particular e mental, praticado arbitrariamente por um indivíduo. O interlocutor-ouvinte, por sua vez, não sabe a que idéias se referem as palavras do falante e não pode ter certeza de que as idéias complexas que o falante lhe expõe correspondem a qualquer de suas idéias. Na visão de Locke, produzir palavras é, na melhor das hipóteses, uma maneira imperfeita de transmitir idéias para outras pessoas. As imperfeições da linguagem colocam em risco sua eficácia e a confiança que depositamos nela como o 'grande condutor'. Para Bréal, a comunicação tem lugar justamente no momento da interação entre os participantes do discurso. Os interlocutores constroem o significado através tanto do seu conhecimento lingüístico e de mundo, quanto do contexto em que se encontram. Em uma abordagem não-objetivista, equivale isso a dizer que a linguagem não representa o mundo, mas antes a impressão que ele dá ao falante.

Além das inovações advindas da diversidade dos contextos sócio-culturais de uma civilização, Bréal traz à tona uma questão fundamental que contribui para o surgimento da polissemia. O falante tem necessidade de ilustrar e dar vida a seus pensamentos e idéias, geralmente lançando mão de metáforas para alcançar esse efeito. Enquanto a nomenclatura da aritmética não está sujeita a mudanças e interpretações motivadas pela emoção por se tratar de uma ciência racional, a linguagem prosaica procura persuadir, comover e agradar. Quando uma palavra conhecida é imbuída de uma nova acepção e quando a imagem resultante é plástica e impactante, ela tende a ser adotada e, de início empregada apenas figurativamente, pode torna-se a própria designação do objeto, da pessoa ou da ação. Como analisa o autor

Dessa forma os povos renovam seu vocabulário e, ao acharem que estão inovando, eles permanecem fiéis a uma única tendência: preferir o particular ao geral e a expressão colorida à monótona.

(*op. cit.* p.161)

Concordando com Bréal sobre o fato de a polissemia ser um fenômeno normal nas línguas naturais, Stephen Ullmann (1964) considera a multiplicidade de sentidos das formas

lexicais um traço fundamental da fala humana. O autor examina cinco fontes de origem do fenômeno, dentre as quais considera as mudanças de aplicação, a especialização num meio social e a linguagem figurada como as mais comuns, enquanto os casos de homônimos reinterpretados e da influência estrangeira seriam os menos frequentes na linguagem cotidiana.

As mudanças de aplicação de um termo lingüístico encontram sua motivação no fato de as palavras possuírem aspectos diferentes que se manifestam de acordo com o contexto no qual são empregadas. Segundo Ullmann, determinados aspectos podem ter uma vida curta, enquanto outros podem apresentar traços mais duradouros, os quais, à medida que vão se diferenciando, acabam por conferir à palavra sentidos diferentes. Via de regra, encontramos nos dicionários as várias acepções de um termo diferenciadas de forma sistemática. No entanto, aquilo que Ullmann chama de '*estágios das mudanças de aplicação*' fundem-se nos verbetes uns com os outros de modo que se tornam imperceptíveis.

Encontramos uma segunda fonte de geração de significados múltiplos na especialização de um termo num meio social. Como aponta Bréal, é comum que uma palavra seja empregada com um sentido específico por um determinado grupo social. O sentido especializado da unidade passa, então, a se diferenciar do seu significado geral na língua vulgar. Ullmann cita como exemplo o termo *ação* na linguagem da jurisprudência, onde ele é sempre interpretado como '*ação legal*'. Já para um soldado, a palavra *ação* é prontamente entendida como '*ação militar*'.

Na análise de Ullmann, a linguagem figurada constitui a terceira fonte profícua de polissemia nas línguas naturais. Um termo pode ser empregado com um ou mais sentidos figurados, mantendo, porém, uma estreita relação com seu significado original. Para que a nova acepção conviva com a já conhecida, é imprescindível não haver confusão entre ambas. O uso figurado, juntamente com a mudança de aplicação, contribuem para o surgimento de novos sentidos. Ullmann não explicita, porém, queais critérios devem ser usados para se distinguir entre mudança de aplicação e linguagem figurada. Como exemplo do primeiro caso, o autor apresenta a evolução semântica do adjetivo *handsome* em inglês (Rudskoger, 1952, *apud* Ullmann). As diferentes acepções surgiriam em função do tipo de substantivo ao qual o adjetivo está ligado, a saber, pessoas, objetos concretos, ações e fala,

conduta, além de tamanhos e quantidades. A acepção mantida atualmente é apenas a positiva, a qual se sobrepôs àquelas menos positivas ou neutras. Em relação ao sentido figurado dos termos lingüísticos, o autor limita-se a afirmar que tanto a transposição metafórica quanto a metonímica, a qual se baseia em outras relações entre dois termos, são essenciais para a atividade da língua.

Uma fonte de produção de polissemia lexical considerada mais rara pelo autor consiste na reinterpretação de homônimos. O falante comum desconhece a polissemia das palavras e por essa razão tende a tomar dois termos com som idêntico, cuja diferença de significado não é considerável, por um só termo com dois sentidos. Historicamente, trata-se, no entanto, de casos de homonímia já que os itens lexicais possuem origens distintas. Ullmann julga duvidoso esse tipo de motivação polissêmica pelo fato de os critérios de decisão se apoiarem em bases psicológicas que, segundo Bloomfield, não são “*sujeitas a uma medição precisa*”.

A influência de palavras estrangeiras, mesmo em escala relativamente menor, pode contribuir para o surgimento de polissemias. Quando uma língua serve de modelo para outra, os assim chamados empréstimos semânticos ocorrem mais frequentemente. Ullmann cita como exemplo a palavra *ministro*, ‘*funcionário do Gabinete*’, que no espanhol do estado americano do Colorado passou a designar adicionalmente o ‘*sacerdote protestante*’, sob a influência do termo inglês ‘*minister*’. Apesar de ser um fenômeno de certa forma comum, o autor não considera a influência estrangeira uma fonte representativa de polissemia na linguagem do dia-a-dia.

Ullmann vê na multiplicidade de significados dos itens lexicais um fator incalculável de economia e flexibilidade de que a língua dispõe e condição essencial de sua eficiência. Para o semanticista, o número de significados ligados a uma palavra importa menos que sua qualidade, uma vez que algumas das palavras mais comuns nas línguas naturais são justamente as mais polissêmicas. A influência do contexto seria a principal garantia para o seu funcionamento.

Concordando com Ullmann, Lyons (1981) considera inerente à essência das línguas naturais o fato dos significados lexicais se misturarem e expandirem indeterminavelmente. Aponta, porém, para a dificuldade do lexicógrafo de discernir o grau de relação entre significados, a fim de identificar casos de homonímia e polissemia. Para um lexicógrafo, se

os vários significados de um único lexema não se relacionam entre si, trata-se de homonímia e não de polissemia. O que interessa para Lyons, todavia, é a relação sincrônica entre os termos. Segundo o autor, a origem dos itens lexicais não é a questão mais importante a ser considerada para se distinguir casos de homonímia dos de polissemia, uma vez que o critério etimológico é irrelevante para a sincronia. Podemos retomar aqui a quarta fonte de origem da polissemia analisada por Ullmann: uma vez que o falante não possui a dimensão histórica necessária para estabelecer a distinção entre termos de origens diferentes e termos com a mesma raiz, tende-se a reinterpretar termos homônimos como polissêmicos.

Segundo Lyons, o fato de a questão girar em torno de um problema de gradação constitui a razão da dificuldade de se formular uma distinção coerente do nível de relação entre os significados. Diante desse impasse, alguns tratamentos modernos da semântica defenderam a postulação da homonímia em todas as situações, simplesmente desconsiderando-se a polissemia. Consciente da importância da polissemia nas línguas, mas raciocinando a partir de uma perspectiva gerativista, Lyons propõe que se deixem de lado os critérios semânticos ao se definir um lexema em nome de critérios sintáticos e morfológicos; o lingüista não esclarece, porém, de que forma um dicionário poderia dar conta dos significados das palavras sem explicitar seus componentes semânticos. Por outro lado, acrescenta que muitos não concordam com essa proposta e declara o problema enfrentado pelos lexicógrafos como insolúvel.

Admitindo a dificuldade de se lidar com a questão do grau de relação entre os significados dos termos lingüísticos sem, entretanto, descartá-la como insolúvel, Perini (2003) segue Bréal e alinha-se ao lado de Ullmann ao encarar a polissemia não como um defeito, mas antes como uma propriedade fundamental para o funcionamento eficiente das línguas. O falante, ao deparar-se com o novo, procura associá-lo a alguma categoria já disponível em sua memória. A possibilidade de um item lexical abarcar vários sentidos garante às línguas a flexibilidade de que necessitam para dar conta dos complexos aspectos da realidade. Na verdade, como lembra Perini, palavras não-polissêmicas são raras na linguagem geral. É na linguagem técnica das ciências que termos monossêmicos são mais comumente encontrados. Termos como *hidrogênio* foram cunhados artificialmente para designar conceitos específicos desenvolvidos pela ciência. Cabe notar, entretanto, que

mesmo no jargão científico um termo pode desenvolver diferentes acepções, dependendo da corrente teórica à qual os autores se afiliam, o que torna a proliferação da polissemia na linguagem técnica uma fonte de controvérsias entre teóricos. Câmara Jr. (1974) vai um pouco mais longe e afirma que todas as formas da língua apresentam polissemia. O lingüista distingue as palavras entre aquelas que têm significação gramatical ou interna, como preposições, conjunções e flexões, e aquelas com significação externa, que se concentra em semantemas das palavras e as caracteriza. Em ambos os grupos há multiplicidade de sentidos. Em função do traço polissêmico dos termos lingüísticos, a prática tradutória e a confecção de dicionários bilíngües apresentam-se para Câmara Jr. como atividades complicadas, cujo tratamento se torna ainda mais complexo, como acentua o autor, quando são considerados o potencial metafórico e metonímico de cada unidade.

Ao lidar com a questão das várias acepções das palavras, Dubois *et alii* (1973) estabelecem um sistema duplo de oposições. A primeira contrapõe *polissemia* a *monossemia* e a segunda distingue *palavra* e *termo*. *Palavra* refere-se a itens do vocabulário geral e *termo* se restringe ao vocabulário científico. Dessa forma, o vocabulário especializado constitui-se a partir de itens do vocabulário geral que passam a ser marcados, tornando-se termos monossêmicos. Em química, por exemplo, o termo *ferro* – representado pelo símbolo *Fe* – só possui um significado. Já no vocabulário geral, tanto no âmbito da lexicologia quanto no âmbito da retórica, a palavra *ferro* é polissêmica. Os autores fazem menção às posições antagônicas entre Leibnitz e Bréal em relação ao fenômeno da polissemia. Como mencionado acima, a visão de Leibnitz, que considera a multiplicidade de sentidos das palavras uma limitação ao pensamento científico, contrasta com a de Bréal que enfatiza a relação entre o desenvolvimento de uma cultura e o enriquecimento polissêmico das unidades lingüísticas.

Na segunda metade do século XX, a metáfora e a metonímia começam a ser rediscutidas por semanticistas que investigavam mecanismos de cognição seguindo a linha de pesquisa da incipiente Lingüística Cognitiva, o que ensejou novos trabalhos no campo da semântica. O estudo da polissemia ganha lugar de destaque com o desenvolvimento dos estudos cognitivistas a partir das investigações feitas por R.W. Langacker no final dos anos 70, bem como George Lakoff e Mark Johnson no início dos anos 80. Ao se debruçarem sobre questões em torno das estratégias de conceptualização utilizadas pelos falantes para

interpretar as expressões lingüísticas, os cognitivistas estão interessados nas motivações que guiam a formação do significado. A proposta de Lakoff e Johnson (1980) e Lakoff (1987), para quem o estudo de metáforas oferece um caminho para se rastrear a construção do significado, apresenta-se como inovadora e, em um primeiro momento, antagônica à interpretação representacionista do significado defendida pela tradição aristotélica (Martins 1999), abrindo um caminho profícuo para o estudo do significado múltiplo das expressões lingüísticas. Analisando as metáforas encontradas em nossa linguagem cotidiana, Lakoff e Johnson (1980) procuram os princípios regulares que orientam nossa compreensão do não-literal. Os autores acreditam que existe uma motivação não explícita nas metáforas comuns do dia-a-dia que pode funcionar como fonte para a produção de polissemias e detectam mecanismos cognitivos básicos que engendram processos figurativos a fim de construir conceitos, denominados Modelos Cognitivos Idealizados.

Silva (2001) cita três razões para o interesse pela polissemia na Lingüística Cognitiva. A primeira seria a reação às estratégias de minimização da polissemia pelas teorias formalistas, referindo-se à denúncia da *falácia da regra/lista* feita por Langacker (1987). De acordo com Langacker, as teorias formalistas reduzem a importância da multiplicidade de sentidos através das seguintes estratégias: a *homonimista*, que converte a polissemia em homonímia; a *artefatualista*, que considera a diferenciação de sentidos um artefato do lingüista e converte a polissemia em vaguidade; e, finalmente, a *monossemista*, que nega o estatuto semântico tanto das diferenciações quanto das relações, convertendo mais uma vez a polissemia em vaguidade e considerando os usos contextuais predizíveis a partir da pragmática. Os gerativistas e outros formalistas resolvem o problema da descrição e da representação mental dos usos de um item escolhendo entre regras de derivação ou listas de entradas independentes, optando pela homonímia, e eliminando, através das regras de redundância, o armazenamento mental de entradas independentes relacionadas. A fim de desenvolver um modelo descritivo econômico e científico, os formalistas buscam definições genéricas e abstratas para os itens lexicais como premissa do desenvolvimento cognitivo dos falantes. A segunda motivação para o estudo da polissemia encontra-se, segundo Silva, na orientação cognitivista para a observação do uso real das expressões lingüísticas. O autor opõe o modelo de Langacker (1988) baseado no uso ao abandono do conceito de *performance* por Chomsky e de *parole* por Saussure. O terceiro ponto que

justifica o enfoque na polissemia pela Linguística Cognitiva está relacionado ao interesse pelo fenômeno da prototipicidade, a qual tem como efeito justamente a multiplicidade de significados das palavras.

Ao investigar os vários sentidos de *deixar* em português, Silva (*apud op.cit.*) apresenta um bom exemplo de como a eficiência orientada para a produção do falante motiva a prototipização e a polissemização e dá conta do máximo de informação com o mínimo esforço. O falante é capaz tanto de adaptar uma categoria a novas circunstâncias e experiências, atribuindo flexibilidade ao sistema cognitivo, quanto, amparado pela estabilidade estrutural do sistema, interpretar novos fatos do conhecimento já existente a partir do centro prototípico da categoria. Silva frisa a natureza enciclopédica do significado que se fundamenta em diversos campos da experiência humana conceptualizados como diferentes domínios semânticos.

Basílio (2005) analisa a polissemia sistemática em construções lexicais com a intenção de tratar do fenômeno no que diz respeito ao potencial de padronização e previsibilidade. A autora define o termo polissemia sistemática como a multiplicidade de interpretações possíveis de caráter pré-determinado numa forma lingüística e a considera uma estratégia valiosa para a utilização de uma determinada construção no exercício de várias funções interligadas. Uma vez que a polissemia sistemática resulta de um sistema eficiente que coloca à disposição o mesmo elemento morfológico para várias nomeações, as interpretações possíveis encontram-se nas estruturas lingüísticas, independentemente do contexto, embora a concretização de uma interpretação dentre outras dependa do contexto.

Os recentes trabalhos que abordam o fenômeno polissêmico de uma perspectiva mais ampla mostram que os significados não são objetos mentais organizados na gramática de um *mentals* como quer Pinker (1994), entre outros autores, mas processos ou atos subjetivamente construídos para fazerem sentido em universos do discurso partilhados de forma intersubjetiva (Silva 2001). O falante, acionando sua experiência de mundo e seu conhecimento enciclopédico, tem condições de discernir os significados da multiplicidade de sentidos dos termos lingüísticos nos diferentes contextos em que são empregados. Partindo do princípio segundo o qual “*a linguagem não porta o sentido, apenas o guia*” (Lakoff e Johnson 1980), podemos afirmar que a polissemia não afeta a palavra individualmente. O contexto em que é utilizado determinado termo convoca esquemas

imagéticos que possibilitam a projeção de uma experiência para outra. É possível, assim, entender algo em termos de projeção de um fenômeno sistemático em um contexto específico.

3.2

Polissemia e homonímia em construções lexicais

A questão em torno da distinção entre polissemia e homonímia pertence tradicionalmente à esfera dos estudos lexicais. A tendência de teorias lingüísticas de inclinação literalista em tratar casos de polissemia como homonímia é um exemplo da busca de soluções objetivas que procuram afastar fenômenos como vagueza, indeterminação de sentido e o potencial figurativo da linguagem do caminho do lingüista sincrônico.

Conforme nos mostra Saeed (2003), os lexicógrafos em geral partem de critérios referentes à relação entre as palavras, entendidas como unidades globais (Basilio 2005b), a fim de identificar casos de polissemia. Para tal, deve se levar em conta a intuição do falante, da mesma forma que desempenham papel importante informações históricas sobre a evolução do item lexical a ser tratado.

No entanto, diferentes falantes podem ter diferentes intuições sobre os possíveis significados de um termo polissêmico; além disso, uma referência etimológica corre o risco de não ser comprovadamente conhecida. Um semanticista sincrônico de tradição literalista sugeriria a um lexicógrafo hesitante que criasse tantas entradas em seu dicionário quanto valores possuísse um determinado item lexical. Prática semelhante àquela adotada por morfólogos quando lidam com a dicotomia polissemia/ homonímia em construções lexicais.

A tendência homonímica nas descrições de processos de formação de palavras ganhou predominância nos estudos morfológicos a partir do momento em que começaram a se desenvolver as pesquisas gerativistas do léxico. A preocupação com o léxico interno do falante e a ênfase na categorização dos itens lexicais levaram a uma abordagem explicitamente homonímica (Basilio 2005b). No estudo de formativos no português contemporâneo, encontramos freqüentemente autores que optam pela homonímia, como,

por exemplo, Rocha (1998) o qual chama a atenção do leitor para o tema ao tratar de prefixos, observando que “*prefixos homófonos são itens lexicais distintos no português. Não se trata, portanto, de um mesmo prefixo com significados diferentes*”. Rocha segue a tradição gerativista e não cogita a possibilidade de interpretação polissêmica dos formativos, dando primazia à homonímia. Dentro da Teoria Gerativa, outra forma de análise torna-se problemática.

Em estudos recentes sobre construção lexical, também notamos uma preferência pela homonímia em detrimento da multiplicidade de significados. Ao analisar formações com o prefixo *re-*, Oliveira (2004) conclui, de forma análoga a Rocha, que

Em *recontar* e *retirar*, portanto, não há um único prefixo com dois sentidos, mas dois prefixos que apresentam identidade fonológica, porém significações tão diferentes que se justifica pensar que de fato estamos frente a dois itens distintos.

(*op.cit.*)

Paralelamente à interpretação homonímica dos formativos adotada por estudiosos contemporâneos, acompanhamos o desenvolvimento de pesquisas que trazem o fenômeno polissêmico para o centro das análises. Como vimos anteriormente, o interesse pelo estudo da polissemia começou a aumentar a partir da publicação dos trabalhos de linguistas cognitivistas nos anos 80. As pesquisas dos cognitivistas, entretanto, abordam a polissemia preferencialmente da perspectiva histórico-etimológica e se concentram em questões relacionadas à pragmática

Segundo Basilio (2005a), a polissemia contribui para a constituição e expansão do léxico na medida em que se utilizam padrões que atribuem novas funções a elementos previamente existentes, evitando dessa forma sobrecarregar a memória do falante e garantindo a comunicação automática. Basilio analisa a polissemia na formação de nomes de agente e de instrumento com o sufixo *-dor* em formações de nomes profissionais (*administrador*, *cobrador*) e aparelhos (*refrigerador*, *exaustor*), em que se caracteriza o agente ou o instrumento pela função representada na base verbal. Em sua análise, a pesquisadora levanta a questão da interface entre significado lingüístico e significado enciclopédico nas construções lexicais. No caso de *refrigerador*, trata-se de um aparelho elétrico, e não de outra natureza, utilizado para resfriar bebidas e alimentos, e não

ambientes. Segundo Basilio, o ato da nomeação do instrumento “estabelece um significado específico que convive obrigatoriamente com o significado genérico trazido pela função semântica do processo morfológico”.

Para Lehrer (2003), assim como foram identificados casos de polissemia em estudos tradicionais sobre mudança de significado, bem como em trabalhos feitos mais recentemente pelos lingüistas cognitivistas, espera-se encontrar o mesmo fenômeno de expansão e variação semântica em morfemas derivacionais. Lehrer se refere ao conceito bloomfieldiano de ‘*sentido central*’, do qual se origina uma variedade de sentidos derivados, sem que eles estejam necessariamente relacionados entre si, e ao termo ‘*estrutura radial*’ adotado pela Lingüística Cognitiva, a fim de apoiar sua investigação sobre a multiplicidade de sentidos de formativos em estudos feitos com itens lexicais complexos. A partir dessas premissas, Lehrer analisa a polissemia de prefixos, diminutivos, sufixos agentivos e neologismos formados pelo prefixo *meta-* e pelos sufixos *-dom*, *-hood* e *-ship* em inglês, como exemplos da alta produtividade do fenômeno nas construções lexicais.

Consideramos que o caráter polissêmico de formativos serve para otimizar a expansão do léxico sem onerar por demasia a memória do falante. Para se entender como esse sistema pode funcionar de forma eficaz sem comprometer a comunicação entre os falantes, amenizando eventuais ambigüidades e indeterminações semânticas, passamos a seguir à definição do conceito de polissemia sistemática.

3.3

A noção de polissemia sistemática

A noção de polissemia está tradicionalmente atrelada à oposição homonímia/polissemia, a qual se apresenta como distinção fundamental em lexicografia, uma vez que as palavras listadas nos dicionários aparecem como unidades globais (Basilio 2005 b). Como vimos, a partir do desenvolvimento dos estudos lexicais na Teoria Gerativa a homonímia ganha relevância, chegando à hegemonia nas descrições de formativos nos processos de formação de palavras. Segundo Basilio (*op.cit.*) e como apontado acima, tal tendência estaria relacionada à preocupação dos modelos gerativistas com a questão da

mudança de classe com implicações sintáticas, foco de investigação da gramática transformacional.

Ocupando-se do fenômeno polissêmico nas formações de palavras, Basilio (*op.cit.*) define a polissemia sistemática como o que há de padronizado e pelo menos parcialmente previsível na formação de palavras, no que concerne a diferentes alternativas de interpretação semântica. Sua ênfase na produção lexical difere do enfoque dado à polissemia pelos lingüistas cognitivistas, na medida em que estes concentram suas pesquisas em questões históricas e pragmáticas. Podemos dizer com Basilio, nesse sentido, que a polissemia sistemática refere-se à multiplicidade de interpretações possíveis de caráter pré-determinado em formações lexicais e se apresenta como uma estratégia valiosa para a utilização de uma determinada construção no exercício de várias funções interligadas.

Trata-se, na definição de Basilio, de um fenômeno resultante de um sistema eficaz que contribui de maneira fundamental para a eficiência do léxico como sistema dinâmico de armazenagem simbólica a serviço da organização lingüística, sem acarretar sobrecarga na memória.

3.4

A complexa noção de produtividade

O conceito de produtividade morfológica é um dos temas mais controversos no estudo da formação de palavras. Na raiz da discussão, segundo Aronoff (1976: 35), está o estranho fato de que em morfologia muita coisa é possível; algumas coisas, entretanto, são mais possíveis que as outras.

A questão já é abordada antes do gerativismo. Ao definir o termo, Hockett (1958: 308-309) afirma que “*a produtividade de um padrão – derivacional, flexional ou sintático – é a liberdade relativa com que falantes formam novas construções gramaticais com sua utilização*”. Segundo Bauer (2001), aquilo que Hockett considera ‘*produtividade*’, ou seja, a possibilidade de dizermos o que nunca foi dito antes, é o que Chomsky chama de

'*criatividade*'. Chomsky considera, no entanto, que processos sintáticos são produtivos, não ficando claro, como aponta Bauer, se produtividade e criatividade seriam a mesma coisa. Lyons (1981) mostra-se cuidadoso ao abordar a noção de produtividade e de criatividade, uma vez que Chomsky escreveu sobre o tema numa época em que a produtividade especificamente morfológica numa abordagem gerativa não estava em questão. A produtividade de um sistema de comunicação seria, para Lyons, "*a propriedade que possibilita a construção e interpretação de novos sinais, isto é, de sinais que não tenham sido anteriormente encontrados e que não constam de alguma lista*". Para Chomsky, a criatividade é regida por regras e representa a característica fundamental da linguagem humana, sendo justamente essa a questão à qual a Gramática Gerativa vai se dedicar.

Segundo Aronoff & Anshen (1998), a morfologia é a parte da gramática que se ocupa da forma interna de palavras complexas possíveis, que se encontram no âmbito do regular e do previsível. O léxico, conforme a Gramática Tradicional e a herança bloomfieldiana, seria a lista dos itens existentes na língua cujas formas são signos arbitrários, considerados imprevisíveis. Os pontos de ligação entre esses dois terrenos reside, para os autores, no fato de ambos serem fonte de palavras para a língua e de haver uma interdependência vital entre os dois: a morfologia, que forma novas palavras a partir de palavras, vai ao léxico buscar suas bases.

No léxico mental do falante encontram-se armazenadas as palavras existentes na língua. Nele estão as palavras que contêm apenas um morfema, as que contêm pelo menos um morfema não identificável e, ainda, as compostas por morfemas identificáveis, cujo sentido, no entanto, não é composicional, mas sim imprevisível. Já as palavras complexas possíveis, bem formadas morfológicamente, ficam fora do léxico, uma vez que a análise de seus componentes é processada por completo e facilmente através da gramática do falante. Nesse caso, a palavra será ouvida e compreendida, sendo descartada logo em seguida, sem entrar no léxico mental do indivíduo. A produção de formas complexas se dá, assim, aplicando-se regras morfológicas a bases de palavras armazenadas no léxico mental do falante, ou seja, a morfologia depende do léxico na medida em que as bases de palavras morfológicamente complexas são entradas lexicais.

Segundo Aronoff (1976: 35), embora haja em sintaxe regras mais ou menos produtivas que outras, há aquelas em que o conceito de produtividade simplesmente não é

pertinente – em oposição às Regras de Formação de Palavras (RFPs), nas quais a questão é sempre relevante. Ao abordar a produtividade, como aponta Aronoff, tende-se, intuitivamente, a considerá-la uma mera questão numérica. Numa perspectiva, uma RFP seria, então, mais produtiva que outra RFP em função da quantidade de produtos formados por uma em detrimento da outra. Sendo assim, quanto maior a lista de seus produtos, mais produtiva a RFP. Listas, entretanto, não dão conta da produtividade de uma RFP, uma vez que não levam em consideração as restrições morfológicas relacionadas às bases lexicais sobre as quais as RFPs atuam. A segunda objeção que Aronoff faz ao critério da computação de uma RFP em termos numéricos é o fato desse método basear-se na idéia de que toda palavra que criamos é imediatamente catalogada em uma lista. Se considerarmos a produtividade da RFP que forma advérbios em português, acrescentando o sufixo *–mente* a uma base adjetiva feminina, podemos considerar supérflua uma lista contendo esses produtos previsíveis.

Assim como Aronoff (1976), Anderson (1992) também descarta como parâmetro significativo de estrutura linguística a computação numérica das formas existentes criadas a partir de uma regra. Antes, interessa para o autor investigar quantas formas daquelas que uma regra pode prever são realmente possíveis e aquelas que de fato não são possíveis.

Kastovsky (1986) trata da questão em torno da relação entre produtividade e função. O falante, ao formar palavras, atende basicamente a duas funções, a saber, a mudança categorial e a rotulação. Basilio (1987) acrescenta ainda a função expressiva de avaliação com o intuito de afetividade, exagero ou pejoratividade, como, por exemplo, o emprego do diminutivo em português e o sufixo *–udo*, que forma adjetivos a partir de substantivos. Kastovsky procura avaliar a influência de uma função específica na produtividade de um processo de formação. A função da rotulação seria basicamente lexical e estaria ligada à existência real ou imaginada de um referente ou de uma classe de referentes que necessita de uma denominação. Uma vez que a necessidade de rótulos está relacionada a fatores de ordem pragmática e de saliência cultural, processos utilizados para designar referentes são menos produtivos que os de recategorização, os quais partem de uma motivação gramatical.

Em relação à função de mudança categorial, trata-se, segundo Kastovsky, da gramática em conjunção com certas propriedades da base que já pré-determina as possíveis categorias, tais como nomes de ação, resultado, agentes, adjetivos relacionais. Esses

existiriam da mesma forma que o pretérito de um verbo ou o plural de um substantivo. Ter-se-ia na recategorização, antes, a concretização de uma possibilidade gramatical, não propriamente produtividade, a qual se colocaria apenas no nível morfológico, no que concerne à competição entre afixos.

Basilio (1990) considera interessante a hipótese de Kastovsky, uma vez que explica, por exemplo, as diferenças de produtividade entre padrões derivacionais mais gerais como a nominalização de verbos e processos menores como a regra de adição do sufixo *-ada*, utilizada em bases nominais para designar pratos culinários em português. Chama atenção, entretanto, para o fato de a mudança categorial não poder ser considerada apenas como uma possibilidade gramatical geral. Basilio observa que formações como nominalizações podem ter função tanto de rotulação, quanto de recategorização, além de haver casos em que não se pode falar de uma função de mudança categorial, pois apresentam função semântica clara, como vemos no uso do sufixo *-udo*, mencionado acima.

Levando em conta o componente semântico da recategorização, Basilio introduz uma proposição alternativa, segundo a qual o “fator relevante na relação entre produtividade/ função não é a mudança categorial, mas, sim, a ausência de uma função semântica particularizada”. Dessa forma, pode-se dar conta de casos menos produtivos de recategorização onde há uma função semântica particularizada, em oposição a casos de semântica mais geral. Para a autora, a maior ou menor produtividade do processo relaciona-se diretamente às restrições semânticas determinadas pela função.

3.5

Polissemia sistemática e produtividade

No presente estudo, pretendemos focalizar a produtividade em formações lexicais a partir da perspectiva semântica, a qual tem sido relegada a um segundo plano, possivelmente por causa da concentração de abordagens gerativas na função de transposição ou mudança de classe. A questão da produtividade do ponto de vista semântico está diretamente relacionada ao enfoque no aspecto polissêmico e/ou multifuncional dos processos de formação de palavras.

Como apontado por Basilio & Andrade (2005), aqui reintroduzimos com outro foco uma questão ressaltada por Aronoff (1976), a saber, a relevância da caracterização morfológica para a definição da produtividade de um processo de formação de palavras. Segundo Aronoff, dizer que um determinado afixo é produtivo significa dizer muito pouco. É importante verificar a produtividade de uma Regra de Formação de Palavras quando atuando sobre uma base morfológica determinada, uma vez que uma RFP pode ser mais produtiva com uma base do que com outra. Nesse sentido, é fundamental que afirmações de produtividade estejam circunscritas a tipos morfológicos de bases. Acrescentamos à premissa de Aronoff o fato de a necessidade de especificação de ambientes de produtividade não se limitar ao âmbito morfológico. Assim, considerando que a função da prefixação é essencialmente semântica e que a noção específica a ser combinada com uma palavra-base não é necessariamente única, ou seja, prefixos podem ser polissêmicos, dizer que um prefixo é produtivo na formação de verbos não basta; é essencial considerar, em função da estreita relação entre o significado da base e uma determinada função semântica do prefixo em uma situação de polissemia sistemática, quais significados do prefixo são produtivos com que significados de verbos.

No capítulo seguinte, apresentaremos algumas acepções do prefixo *re-* identificadas no *corpus* da pesquisa, procurando determinar os significados das bases verbais com os quais as diferentes acepções podem ser consideradas produtivas.